



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 13/11/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado elogiou o sucesso do Programa Cirurgias Eletivas, iniciado em 2017 no sul de Minas, celebrando os resultados positivos como a redução significativa das filas para procedimentos, com mais de 50 mil cirurgias realizadas, e a destinação de mais de 180 milhões de reais de recursos de emendas parlamentares. Ademais, destacou o novo Programa Mais Exames, que tem o objetivo de reduzir a espera por exames médicos em 70 Municípios mineiros. Além disso, ressaltou que o programa prevê a realização de 30 mil ultrassons em 19 hospitais, 16 mil ressonâncias e 16 mil tomografias, com um investimento de 18 milhões de reais. Por fim, convocou gestores de saúde e lideranças locais para o evento de lançamento do Programa Mais Exames e reforçou a importância de parcerias para o sucesso da iniciativa.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou seu repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reduzir a jornada de trabalho e extinguir a escala 6 por 1. Ademais, desqualificou a PEC como uma iniciativa da Esquerda, que só exige direitos e ignora as dificuldades dos empreendedores. Por último, criticou os Parlamentares que assinaram a referida PEC.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou os Parlamentares que assinaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, condenando a proposição como um projeto estapafúrdio e insano. Ademais, destacou que a PEC contém erros e causará, caso seja aprovada, redução salarial e aumento de preços. Por último, afirmou que os Parlamentares precisam atuar de forma responsável com o País.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, alertou para os impactos negativos nos pequenos estabelecimentos comerciais, que seriam forçados a contratar mais trabalhadores e poderiam ser obrigados a fechar devido ao aumento de custos. Além disso, recriminou as 171 assinaturas de apoio à PEC, acusando os Parlamentares de se submeterem à pressão midiática e eleitoral sem a devida reflexão. Adicionalmente, denunciou a ameaça de morte feita por uma militante da Esquerda contra Deputados do Partido Liberal (PL), que incitou sequestros e assassinatos. Por último, recriminou a inação das autoridades, cobrando uma resposta imediata da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) diante de uma clara afronta à democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado manifestou seu apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Destacou que a proposta de redução da jornada é uma luta histórica do Partido dos Trabalhadores (PT) e que já havia sido apresentada pelo Deputado Reginaldo Lopes e pelo Senador Paulo Paim. Ademais, parabenizou o Presidente Lula e a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, pelo certificado que declara o Brasil livre do sarampo. Ressaltou ainda o compromisso do Governo Lula com a saúde pública e a proteção das crianças, agradecendo aos profissionais de saúde e pesquisadores envolvidos. Por fim, reforçou que essa conquista é fruto de ações do Governo Federal, com investimentos significativos em saúde, notadamente ações de vacinação em territórios vulneráveis, e saneamento, totalizando 724 milhões de reais em 2023.

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da Deputada Erika Hilton, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ademais, criticou os que defendem as emendas parlamentares, os cortes na educação e saúde, os privilégios do sistema financeiro, do agronegócio e das grandes empresas, mas se opõem aos direitos dos trabalhadores. Por fim, pediu apoio dos Parlamentares para o Projeto de Lei nº 4.413, de 2024, de sua autoria, que busca extinguir os supersalários, fazendo respeitar o teto remuneratório no setor público.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, classificando-a como demagógica e populista. Destacou que a Deputada Erika Hilton, autora da proposta, admitiu à imprensa a falta de estudos sobre os impactos econômicos da medida. Ademais, argumentou que a PEC poderia prejudicar empresas, levando à demissão de funcionários para equilibrar as contas. Além disso, ressaltou que, embora seja importante garantir condições dignas de trabalho, a escala 6 por 1 não é desumana e tem respaldo bíblico.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado criticou o Deputado Guilherme Boulos, que se mostra preocupado com os salários dos Ministros, mas não com os gastos da esposa do Presidente Lula. Ademais, condenou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, destacando que causaria desemprego, especialmente entre os mais jovens. Além disso, afirmou que a PEC foi elaborada sem estudos técnicos adequados, de forma irresponsável, e busca iludir os trabalhadores. Por fim, ressaltou que a PEC acabaria com benefícios como o seguro-desemprego e o Programa Cesta do Trabalhador.

Ana Paula Leão (PP - MG) - A Deputada saudou a presença na Câmara dos Deputados do Vereador recém-eleito de Uberlândia (MG), Jair Ferraz. Ademais, lamentou que os Municípios não conseguissem avançar nos níveis de atenção à saúde, devido ao comprometimento financeiro dos recursos municipais. Além disso,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

criticou a inação do Governo Federal, que ignora a crise da saúde municipal e não aumenta o valor do Teto de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC). Por fim, recriou o Ministério da Saúde por não complementar os repasses de recursos devidos à saúde de Uberlândia (MG), descumprindo decisão judicial e recomendação da Advocacia-Geral da União.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou os cortes orçamentários propostos pelo Governo Federal, destacando o impacto negativo para as Forças Armadas e para o Sistema de Proteção Social dos Militares, aprovado em 2019. Ademais, condenou a gestão irresponsável de recursos pelo Governo Federal e sua proposta de ajuste fiscal prejudicial à Defesa Nacional, sem consultar os militares ou o Ministro da Defesa. Além disso, alertou sobre os cortes nas pensões de dependentes militares e na indenização de militares que passam para a reserva. Adicionalmente, destacou que, embora o Governo alerte para o déficit previdenciário, a reestruturação do Sistema de Proteção Social dos Militares gerou economia. Por fim, denunciou a falta de direitos dos militares, como adicional noturno e fundo de garantia, e afirmou que os cortes são uma forma de revanchismo ou má vontade com a categoria militar.

Olival Marques (MDB - PA) - O Deputado afirmou que assinou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Além disso, defendeu a importância de ouvir tanto empregados quanto empregadores, considerando também os custos para os empresários, a fim de alcançar o denominador comum mais vantajoso para a Nação.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu a PEC que propõe a redução da carga horária dos trabalhadores. Relatou sua trajetória como trabalhador e destacou que é injusto negar a ampliação do tempo para cuidados com saúde e família. Afirmou que um trabalhador sobrecarregado perde produtividade e saúde, e defendeu a necessidade de diálogo entre patrões e empregados, com a mediação do Governo. Ressaltou que a economia do País depende da força de trabalho e que é fundamental valorizar os trabalhadores, que, assim como os empresários, também precisam cuidar de suas famílias.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a importância do corte de gastos proposto pelo Governo Federal, destacando que a medida é essencial para o equilíbrio fiscal e para atrair investimentos internacionais. Criticou o histórico de excessos de gastos do Governo de esquerda e pediu que os demais Poderes, incluindo o Congresso Nacional e o Judiciário, também contribuam com cortes, mencionando que o custo do Congresso e do Judiciário é elevado. Também se referiu à recente revelação de corrupção na Polícia Militar do Rio de Janeiro (RJ), elogiando a atuação da Corregedoria e enfatizando que a maioria dos policiais é



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

composta por profissionais idôneos. Reforçou a necessidade de rigor contra a corrupção dentro da corporação.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou os cortes no orçamento anunciados pelo Governo Lula, destacando a redução de R\$ 6 bilhões no Ministério da Defesa. Lamentou o sucateamento das Forças Armadas, mencionando que o Exército está com orçamento defasado e com equipamentos ultrapassados. Sugeriu que, em vez de cortar na Defesa, o Governo poderia revisar os gastos em áreas como saúde e educação, que possuem orçamentos maiores. Além disso, expressou apoio ao Ministro da Defesa, José Múcio, e pediu ao Presidente Lula que repensasse as decisões que, segundo ele, desvalorizam o trabalho do Ministro e comprometem a segurança nacional.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado se posicionou a favor do debate sobre a PEC que propõe mudanças no tempo de trabalho diário, como a transição de uma jornada de 6 dias por 1 para 4 dias por 3. Considerou que a mudança para 4 por 3 é um exagero, e sugeriu uma alternativa mais viável como a PEC 5 por 2, que propõe 5 dias trabalhados e 2 de descanso. Lembrou que essa jornada já é adotada por bancários desde 1962 e ressaltou avanços trabalhistas históricos, como licença-maternidade, férias remuneradas, 13º salário e *home office*, para reforçar que mudanças no trabalho são possíveis.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado abordou a tendência mundial de redução da jornada de trabalho, citando experiências bem-sucedidas no Reino Unido, na Alemanha e na Islândia. Destacou que, nesses países, a redução da carga horária resultou em maior satisfação dos trabalhadores, mais tempo para a família, lazer e saúde, além de aumento da produtividade e redução de faltas. No Reino Unido, 91% das empresas que experimentaram a jornada de 5 por 2 mantiveram a prática após seis meses, observando aumento no faturamento. Defendeu que a redução da jornada deve ser debatida no Brasil como uma necessidade para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e impulsionar o crescimento econômico.

Delegado Ramagem (PL - RJ) - O Deputado criticou o julgamento da ADPF 635, conhecido como a "ADPF das Favelas", que, segundo ele, tem provocado a judicialização das políticas de segurança pública e invadido as competências dos outros Poderes. Argumentou que o Supremo Tribunal Federal está ditando as regras de segurança no Rio de Janeiro (RJ), o que, na sua visão, resultou no aumento do poder das facções criminosas e na perda de territórios para o crime organizado. Também ressaltou os esforços do Senado e da Câmara dos Deputados para implementar um pacote anticrime mais rigoroso e fortalecer a autonomia do Legislativo e do Executivo no combate à criminalidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Paulão (PT - AL) - O Deputado abordou a situação da Braskem, acusando a empresa de ser responsável pelo maior crime ambiental urbano do mundo, que afetou mais de 60 mil pessoas em Alagoas. Destacou que diversos bairros, como Flexal de Baixo e Quebradas, ainda não foram incluídos no processo de indenização, e que os moradores estão vivendo em bairros sem solução. Também criticou a falta de ações para resolver a situação do Hospital Psiquiátrico Portugal Ramalho, que, segundo ele, está comprometido pela ausência de apoio da Braskem e do Estado. Fez um apelo às autoridades para que a empresa construa a nova unidade de saúde mental, garantindo atenção à população mais vulnerável.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado destacou a mobilização para coletar assinaturas em apoio a uma nova PEC da Segurança Pública. A proposta visa instituir um piso salarial digno para policiais militares, bombeiros militares e policiais civis, além de incluir, por meio de emenda, os policiais penais. Argumentou que a medida busca valorizar profissionais que arriscam a vida diariamente pela segurança da população e reforçou que segurança pública é um investimento essencial. Também enfatizou a necessidade de garantir a independência desses profissionais em relação a políticas estaduais que despriorizam a segurança. Apelou aos colegas para assinarem a PEC, afirmando que a proposta transcende ideologias e representa justiça para os que dedicam suas vidas à proteção dos brasileiros.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado comemorou a aprovação, na Comissão de Cultura, do Projeto de lei nº 2.513, de 2024, que propõe a obrigatoriedade de audiodescrição em arenas esportivas para pessoas com deficiência visual. Destacou que a iniciativa reforça o compromisso de seu mandato com a melhoria da qualidade de vida e a garantia de direitos para pessoas com deficiência. Ressaltou que o projeto agora será analisado pelas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania, apontando a aprovação como uma importante conquista legislativa.

Albuquerque (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado solicitou à Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), celeridade no julgamento do processo de cassação do Governador de Roraima. Destacou que a demora na definição da questão gera instabilidade política no Estado, afetando áreas como educação e segurança. Lembrou que, além do processo em tramitação no TSE, há três pedidos de cassação no Tribunal Regional Eleitoral.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado defendeu a importância da PEC que reduz a jornada de trabalho no Brasil, destacando seus benefícios para a dignidade dos trabalhadores e a produtividade das empresas. Criticou a resistência do setor produtivo a propostas que ampliam direitos trabalhistas, classificando essa resistência como recorrente na história, desde a abolição da escravidão até a Consolidação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

das Leis do Trabalho e a instituição do 13º salário. Afirmou que jornadas reduzidas têm mostrado aumento na produtividade sem prejuízo aos lucros empresariais. Ressaltou a necessidade de debater soluções legislativas que equilibrem produção e qualidade de vida, reafirmando apoio à proposta em discussão.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a resistência de setores políticos e empresariais à proposta de mudança na jornada de trabalho para escala 6 por 1, destacando a discrepância entre as 44 horas semanais no Brasil e a média inferior em países como França e Canadá. Defendeu que a redução da jornada de trabalho promove saúde física e mental, além de aumentar a produtividade, e rebateu discursos que associam a medida a prejuízos econômicos. Destacou a mobilização popular e o impacto nas redes sociais, onde a proposta ganhou apoio significativo, e denunciou a perpetuação de narrativas conservadoras que privilegiam a exploração trabalhista.

ORDEM DO DIA

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado saudou o Deputado Estadual Claudio Tatsch, destacando sua representatividade por Cachoeira do Sul (RS). Mencionou o Projeto de lei nº 4.231, de 2024, de sua autoria, que confere o título de Capital Nacional do Arroz ao Município de Cachoeira do Sul, reforçando a importância cultural e econômica da região.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada convidou o plenário para aprovar o regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos. Destacou a importância de tornar esses serviços, como saúde, educação e segurança, mais representativos da diversidade brasileira. Citou a falta de identificação da população com os profissionais públicos e defendeu que essa inclusão é essencial para promover justiça racial e equidade. Enfatizou que é inaceitável que grupos como indígenas e negros não se vejam representados em profissões-chave, reforçando a necessidade de mudanças para refletir a verdadeira composição do Brasil.

Marcon (PT - RS) - O Deputado criticou o afastamento de Pablo Melo, filho do Prefeito de Porto Alegre (RS), por suspeitas de irregularidades na Secretaria Municipal de Educação, envolvendo R\$ 43 milhões. Questionou o momento da ação, realizada apenas após o segundo turno das eleições, levantando dúvidas sobre possível interferência política. Classificou a situação como vergonhosa e cobrou esclarecimentos sobre o caso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Reginete Bispo (PT - RS) - A Deputada rebateu críticas relacionadas à incineração de 12 milhões de vacinas pelo Ministério da Saúde, atribuindo a situação à gestão anterior, que, segundo ela, promoveu o negacionismo e não distribuiu os imunizantes. Destacou os avanços do Governo Lula, afirmando que o Ministério recuperou a confiança da população na vacinação e projetou alcançar 95% de imunização em 2024. Classificou como irresponsável culpar a Ministra Nísia pelo problema herdado e elogiou os esforços para reconstruir a credibilidade da vacinação no Brasil e atender todos os Estados.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado cobrou posicionamento do Deputado Kim Kataguiri e do Movimento Brasil Livre (MBL) acerca da relação de Benjamin Pontes, assessor de um Deputado Estadual do MBL, com o nazismo. Informou que solicitou ao Conselho de Ética a convocação de mais uma testemunha para apurar a situação, destacando os riscos dessas conexões. Criticou o Deputado Kim Kataguiri por editar um vídeo sobre o Conselho de Ética sem abordar o tema e indagou sobre o silêncio do Parlamentar a respeito do caso.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Welter (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Além disso, celebrou a liminar que suspendeu a obra do Complexo Viário Sena Madureira, em São Paulo (SP), orçada em R\$ 530 milhões. Destacou que o projeto previa a destruição de mais de 200 árvores centenárias e o impacto em nascentes, beneficiando empreiteiras em detrimento do meio ambiente. Elogiou a decisão do Juiz Marcelo Sergio, da 2ª Vara da Fazenda Pública, e reforçou a necessidade de barrar a obra, associando-a à corrupção e degradação ambiental.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Vitor Lippi (PSDB - SP) - O Deputado destacou sua atuação em defesa do equilíbrio tributário entre a Zona Franca de Manaus e os Estados brasileiros. Alertou para os riscos de desequilíbrio econômico causado pela ampliação de benefícios à Zona Franca, que pode prejudicar centros de pesquisa e colocar em risco centenas de milhares de empregos no País. Mencionou que Sorocaba (SP) e todo o Estado de São Paulo seriam diretamente impactados, com possíveis perdas de 10 mil e 200 mil empregos, respectivamente. Reforçou a necessidade de correção do texto de um projeto em tramitação no Senado para evitar prejuízos econômicos nacionais.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado citou os debates sobre a jornada de trabalho 6 por 1 e defendeu a regulamentação de um limite semanal de 40 horas. Alertou que não basta reduzir os dias trabalhados se isso resultar em jornadas diárias excessivas de 10 a 15 horas. Ressaltou a necessidade de garantir condições mais justas e humanas para os trabalhadores, destacando que a discussão deve ser conduzida com cuidado para evitar retrocessos. Por fim, reiterou apoio ao fim da jornada 6 por 1, mas com a garantia de limites claros para as horas trabalhadas semanalmente.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada, no exercício da Presidência, registrou a presença do Reitor Rafael Frederico Henn, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), no plenário da Câmara. Mencionou que foi autora da lei regulamenta as Instituições Comunitárias de Educação Superior, que teve a relatoria do Deputado Pedro Uczai, reforçando a importância dessas instituições no cenário educacional. Reafirmou o compromisso da Câmara em acompanhar o processo de regulamentação das comunitárias pelo Governo, ressaltando o papel dessas universidades na educação brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado reforçou a importância de aprovar o projeto de lei da economia solidária, já analisado pelo Senado. Destacou o impacto positivo dessa política, que promove trabalho, renda e produção com base na autogestão e no modelo cooperativo. Ressaltou valores como cooperação, participação e democracia, essenciais na economia solidária. Defendeu a implementação de políticas públicas que incluam assistência técnica, incentivo à pesquisa, acesso a feiras e exposições, crédito e agregação de renda, fortalecendo o setor de maneira coletiva e sustentável.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação da urgência para o projeto que institui a Política Nacional de Economia Solidária, enfatizando sua relevância para o desenvolvimento local e sustentável das cidades. Destacou a criação de um fundo para a economia solidária como um avanço essencial, sobretudo em tempos de emergência climática. Argumentou que a iniciativa fortalece pequenos produtores, combate desigualdades e distribui renda de forma mais justa. Reforçou a necessidade de organizar e consolidar essa política, que já opera na prática, visando ampliar seus impactos positivos no Brasil.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado expressou preocupação com a segurança do Prefeito eleito de Cuiabá (MT), Abilio Brunini, destacando sua postura combativa contra facções criminosas como o PCC e o Comando Vermelho. Pediu apoio dos colegas e da Presidência da Câmara para garantir a integridade de Brunini, que assumirá uma gestão em um cenário desafiador e marcado por riscos. Elogiou a coragem do Prefeito eleito e apelou ao Governador Mauro Mendes e à Casa Legislativa para protegerem um político comprometido em enfrentar o crime organizado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado lamentou o boicote da base do Governo Lula na Comissão de Finanças e Tributação ao projeto que busca restaurar o regime previdenciário anterior à Lei nº 13.954, para policiais e bombeiros militares. Criticou a derrubada da sessão, que impediu a aprovação de uma medida que traria justiça social ao isentar de contribuição previdenciária os aposentados que recebem até o teto do INSS. Destacou que a mudança beneficiaria profissionais da segurança pública, como soldados, cabos, sargentos e subtenentes, corrigindo o impacto da regra atual.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado destacou a importância do projeto que institui a Política Nacional de Economia Solidária, ressaltando sua presença em diversas áreas como artesanato, culinária e agricultura familiar, tanto no campo quanto na cidade. Defendeu a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária para fortalecer iniciativas já existentes. Citou a Bahia como exemplo de sucesso, com políticas estruturadas pela Secretaria do Trabalho que fomentam núcleos de economia solidária, promovem feiras e eventos, e ampliam o acesso ao mercado local, regional e internacional, com exportações em andamento.

Jilmar Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado lembrou sua experiência no movimento sindical ao defender a Proposta de Emenda à Constituição que altera a jornada de trabalho de 6 por 1. Comparou os argumentos atuais contra a redução da jornada aos utilizados no passado, quando a carga semanal era de 48 horas, e destacou que a Constituição de 1988 trouxe a redução para 44 horas sem provocar desemprego, mas sim ampliando os turnos de trabalho. Salientou que é incompreensível a oposição à proposta que beneficia os trabalhadores. Ao concluir, reforçou que apenas quem nunca enfrentou longas jornadas numa fábrica poderia ser contrário à medida.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.606, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.

Dandara (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências. Também pediu o apoio do Plenário para a aprovação de um projeto de lei de sua autoria em tramitação na Comissão de Minas e Energia. Esclareceu que a proposta obriga o Poder Executivo Federal a utilizar exclusivamente etanol em sua frota, com o objetivo de reduzir a poluição, estimular o consumo interno e beneficiar produtores e trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Ressaltou que a medida também visa diminuir a dependência do Brasil em relação aos combustíveis refinados importados.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências. Além disso, mencionou que o chamado Projeto Pró-Pequi, de sua autoria, que busca proteger o pequi e outros frutos do Cerrado, já foi aprovado na Câmara e está em tramitação no Senado Federal.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou a importância do projeto da Deputada Camila Jara voltado à preservação do Bioma Pantanal, elogiando a iniciativa como essencial e alinhada à necessidade de normas específicas para proteção ambiental. Ressaltou que a proposição representa um rompimento com o negacionismo ambiental, que já causou diversas tragédias, e reforçou a responsabilidade do Parlamento em adotar medidas que garantam a conservação do Pantanal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Dandara (PT - MG) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Damião Feliciano (UNIÃO - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Dra. Mayra Pinheiro (PL - CE) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado alterou a orientação de bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado expressou frustração com a votação do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, afirmando que a competência e o mérito das pessoas deveriam prevalecer sobre a cor da pele. Elogiou colegas Parlamentares, como Talíria Petrone e Otoni de Paula, destacando que sua admiração e amizade independem da cor deles. Criticou a ideia de cotas raciais, defendendo que a escolha de profissionais, como professores, deve se basear em qualidade e não em características raciais. Alertou para o risco de priorizar critérios de cor em detrimento de mérito e competência.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado criticou a discussão sobre cotas raciais em concursos públicos, considerando o tema ultrapassado e prejudicial à união nacional. Apresentou dados indicando que 55% da população brasileira é composta por pretos e pardos e defendeu substituir cotas raciais por cotas sociais, por acreditar que estas promovem igualdade sem dividir o Brasil em grupos.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado fez um apelo à Direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para resolver a situação dos trabalhadores que, após um movimento reivindicatório por isonomia no plano de carreiras e remunerações, tiveram descontos em seus salários referentes aos dias parados, mesmo após o início de negociações. Destacou que os profissionais se dispuseram a dialogar e repor os dias parados, mas enfrentaram resistência, o que considera incompatível com o compromisso do Governo Federal de respeitar o direito à greve. Apelou por um diálogo mais construtivo e conciliatório, especialmente em um momento de alta demanda para a EBC devido ao G20.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado expôs sua posição contrária às cotas raciais em concursos públicos, argumentando que essa política pode gerar discriminação reversa, ferir o princípio da meritocracia e comprometer a eficiência do serviço público ao priorizar diversidade em detrimento da qualificação.

Marcon (PT - RS) - O Deputado destacou que a ANTT e o Governo Federal decidiram não prolongar os contratos de pedágio da BR-116, especificamente nas estradas próximas a Pelotas (RS), cujo vencimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

ocorrerá em 2026. Criticou os altos valores cobrados atualmente e celebrou a decisão como uma vitória para a população local.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado anunciou que a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, liderada pelo Deputado Silas Câmara, oficializou seu apoio ao Deputado Hugo Motta para a Presidência da Câmara. Elogiou Hugo Motta por atender às demandas da Frente de forma republicana e democrática, ressaltando seu compromisso com o bom andamento da Casa e a valorização das pautas evangélicas. Destacou a indicação de Motta como uma escolha de consenso promovida pelo atual Presidente Arthur Lira.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada expressou indignação com discursos que ignoram a exclusão promovida pelo racismo no Brasil. Destacou que a ausência de professores negros e médicos negros reflete a desigualdade racial em um País com 56% de população negra. Enfatizou que as ações afirmativas, como as cotas, são essenciais para corrigir desigualdades históricas e promover mobilidade social. Citou dados que evidenciam a predominância de pessoas brancas em cargos de liderança e decisão, reforçando que o projeto de ampliação das cotas em concursos públicos de 20% para 30% é uma medida de justiça social. Argumentou que mérito não se opõe às cotas, pois os beneficiários ainda precisam ser aprovados nos concursos. Ressaltou também que a diversidade fortalece as instituições e que é um compromisso ético e moral enfrentar o racismo estrutural e construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado criticou as cotas raciais, defendendo que sejam substituídas por cotas sociais, argumentando que o Brasil é uma nação miscigenada e que a divisão racial perpetua desigualdades. Compartilhou sua experiência pessoal de superação da pobreza e defendeu que o mérito deve prevalecer sobre critérios raciais. Também criticou a autodeclaração e as bancas de heteroidentificação, chamando-as de divisivas, e elogiou o Conselho Federal de Medicina por rejeitar cotas raciais na residência médica. Afirmou que o foco deve ser na inclusão dos pobres, independentemente da cor, para promover a verdadeira justiça social.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada destacou as dificuldades enfrentadas por indígenas para comprovar sua origem em concursos públicos, como a exigência de documentos assinados por lideranças em aldeias remotas, o que pode implicar altos custos logísticos. Comparou isso à autodeclaração racial para negros, que não enfrentam as mesmas barreiras, e afirmou que tais desigualdades tornam o sistema de cotas injusto para os indígenas. Além disso, apontou a baixa qualidade do ensino em aldeias como um entrave para que indígenas tenham acesso a oportunidades justas e equitativas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Dra. Mayra Pinheiro (PL - CE) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências. Ademais, argumentou que a aprovação da proposição sem análise criteriosa dos impactos fiscais e econômicos pode prejudicar o PRONAMPE e que a transferência de 4 bilhões do Fundo de Garantia de Operações (FGO) para o Fundo de Incentivo à Permanência no Ensino Médio (FIPEM) poderia comprometer o equilíbrio fiscal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Kiko Celeguim (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 6.012, de 2023, que altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e dá outras providências.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada destacou sua trajetória pessoal como exemplo de superação sem o uso de cotas, enfatizando que conquistou todas as suas formações por mérito. Criticou o Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. Argumentou que a proposição não assegura o direito à autodeclaração indígena, obrigando-o a buscar a validação de sua identidade em sua aldeia, o que representa um custo muito elevado e uma barreira quase intransponível. Alegou ainda que a proposição favorece os negros em detrimento dos indígenas, uma vez que os negros têm o direito de se autodeclarar. Ademais, reforçou a importância de políticas públicas que ofereçam ensino de qualidade na base, sem dependência de cotas. Por fim, apelou por igualdade de oportunidades e respeito à história e às necessidades dos povos indígenas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada condenou o corte de ponto dos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que exerceram o direito legítimo de greve, e defendeu a negociação para evitar prejuízo aos grevistas. Ademais, criticou a perpetuação do racismo pela negação de sua existência e destacou a persistência de desigualdades históricas, como a violência contra mulheres negras, o desemprego e a precarização enfrentados por esta população, além da vulnerabilidade dos jovens negros. Adicionalmente, ressaltou que o Brasil ainda não superou as marcas da escravidão e contestou a ideia de que as políticas afirmativas promovem a divisão da Nação. Por fim, elogiou a aprovação da urgência do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, reforçando a necessidade de enfrentar o racismo estrutural.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado manifestou pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Éden José Rodrigues Pedroso, natural de Passo Fundo (RS). Elogiou sua biografia, destacando sua trajetória



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

como advogado, militante e fundador do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, além de seu trabalho na Receita Estadual. Ademais, apontou que Pedroso foi Deputado Estadual em 1986 e Deputado Federal em 1990, registrando também sua passagem pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, expressou suas condolências à família e aos amigos, celebrando seu legado na política gaúcha e nacional.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 3.800, de 2024, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 3.800, de 2024, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 3.800, de 2024, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado parabenizou o Deputado Doutor Luizinho pela iniciativa do Projeto de Lei nº 3.800, de 2024, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Elogiou a proposição por conferir transparência e unificação ao cadastro de adoção e acolhimento em âmbito nacional.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 3.819, de 2024, que, nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei que “altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A”.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 3.819, de 2024, que, nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei que “altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A”.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado criticou a postura da Oposição em debate sobre a utilização da Base de Alcântara (MA). Apontou uma contradição ao lembrar que, enquanto Governo, a Oposição aprovou o acordo que permitiu o uso da base por empresas norte-americanas, mas agora se opõe à arrecadação de recursos decorrentes dessas atividades. Defendeu mais investimentos na Base de Alcântara, com foco em ampliar lançamentos, arrecadações e o desenvolvimento científico e tecnológico no País.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”. Além disso, reforçou sua posição em defesa da democracia ao cobrar do Procurador-Geral da República o envio ao Supremo Tribunal Federal do processo contra Jair Bolsonaro, relacionado à tentativa de golpe. Destacou que é fundamental que as ações contra a democracia sejam tratadas com rigor, conforme a lei.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado rebateu acusações de radicalização da Oposição e criticou o abandono da Base de Alcântara (MA) durante Governos petistas. Destacou que a estrutura já existente foi negligenciada, e a atual resistência da Oposição não é contra a base, mas sim contra a criação de novas subsidiárias no setor espacial, conforme previsto no Projeto de lei nº 3.819, de 2024, em discussão.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.819, de 2024, que nos termos do art. 61, da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.”.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado pediu aos colegas de bancada que finalizassem seus votos em uma votação destacada como essencial para o desenvolvimento do País. Solicitou ao Presidente da sessão mais tempo para garantir a conclusão do processo, ressaltando a relevância do Projeto de lei nº 3.819, de 2024, em pauta.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada questionou a tramitação do requerimento de urgência para o Projeto de lei nº 1.658, de 2024, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, destacando que o texto está apensado a projetos mais antigos, incluindo um de sua própria autoria e do Deputado Marangoni. Argumentou que, a matéria, que trata de transplantes de órgãos, já está sob análise do Deputado Hugo Motta, relator designado, e possui urgência previamente aprovada. Criticou a repetição de urgências em projetos relacionados e alertou para o risco de desrespeito aos autores originais.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada levantou questionamento sobre a tramitação de projetos relacionados ao tema de transplantes de órgãos, destacando a necessidade de maior organização no processo legislativo. Elogiou o mérito do Projeto de lei nº 1.658, de 2024, do Deputado Paulo Bilynskyj, em discussão, mas apontou que o texto deveria estar apensado a propostas similares, incluindo um de sua autoria e do Deputado Marangoni. Destacou que a prática de votar urgências duplicadas desrespeita o trabalho dos Parlamentares e compromete a seriedade da Casa. Defendeu que projetos semelhantes sejam consolidados sob um único relator para garantir um debate mais eficiente e representativo.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Presidente em exercício elogiou o trabalho da Deputada Laura Carneiro e de outros Parlamentares que promovem debates aprofundados sobre projetos de lei. Destacou a necessidade de reduzir o número de requerimentos de urgência na Câmara, defendendo que as comissões legislativas funcionem plenamente. Defendeu que permitir o trâmite regular dos projetos fortaleceria o processo legislativo, promovendo maior organização e eficiência nos trabalhos da Casa.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado enfatizou a relevância do Projeto de lei nº 1.658, de 2024, relacionado à doação de órgãos, defendendo que todos os cidadãos sejam doadores presumidos, salvo manifestação contrária registrada oficialmente. Destacou que a inversão da lógica atual, que exige autorização explícita, é fundamental para ampliar a disponibilidade de órgãos e salvar vidas.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada apresentou questão de ordem solicitando a apensação do Projeto de Lei nº 10.733, de 2018, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tornar toda pessoa doadora de órgão, desde que não haja manifestação em contrário, ao Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

informada em vida. Destacou que a tramitação conjunta é prevista no Regimento Interno da Câmara para proposições que tratem de matérias idênticas ou correlatas. Informou que o pedido foi encaminhado pelo Presidente da sessão, Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), ao Presidente da Casa, Arthur Lira, para decisão sobre o assunto.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida. Além disso, apoiou a questão de ordem da Deputada Laura Carneiro, que defendeu o respeito ao Regimento Interno para evitar atropelos no regime de urgência. Reforçou a importância de preservar a propriedade intelectual dos projetos e orientou o voto favorável.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida. Além disso, destacou que já foi autor de uma resolução que alterou o Regimento, explicando a lógica de precedência entre projetos.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada esclareceu a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.658, de 2024, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a doação informada em vida.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou que o projeto do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, atualmente apensado a uma proposta do Senado, deve seguir o Projeto de Lei nº 10.733, de 2018, que é anterior e, por regra, prevaleceria. Ressaltou que, com a aprovação da urgência para o projeto da Deputada Laura Carneiro e do Deputado Marangoni, todos os projetos relacionados, incluindo do Deputado Bilynskyj, devem ser apensados, em conformidade com as normas legislativas vigentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado esclareceu a diferença entre seu Projeto de Lei (PL) e o da Deputada Laura Carneiro, destacando que o seu PL trata de cadastro positivo, com base na manifestação de vontade para a doação de órgãos, enquanto o PL da Deputada trata de doação presumida, modelo já considerado mal sucedido no Brasil. Ressaltou ainda que sua proposta apresenta uma inovação positiva.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada destacou que os investimentos em educação, incluindo o ensino superior, não devem ser vistos como gastos e celebrou a aprovação da urgência de Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que apoia estudantes das universidades federais. Lembrou o Novembro Negro e alertou sobre o abandono acadêmico por dificuldades financeiras, reforçando o compromisso da Casa com a educação e a conclusão dos estudos no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Além disso, criticou a nomeação de Rocco Neto para a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas, vinculada ao Governo Federal. Informou que Rocco Neto teria liderado a Associação em Defesa dos Jogos e Apostas, o que configura um conflito de interesses. Questionou a seriedade do Governo Lula ao tratar do tema das apostas esportivas. Por fim, destacou que a nomeação contradiz o discurso oficial de preocupação com a população, apontando o suposto favorecimento do lobby das apostas dentro da gestão federal.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, que altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Além disso, destacou a visita de representantes da Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, incluindo o Major Brito e outros membros, reconhecendo sua atuação em defesa da segurança pública no Estado e no Brasil. Criticou a gestão do Governo Lula na área da saúde, mencionando a perda de quase 60 milhões de doses de vacinas vencidas, o maior número registrado desde 2008, e a falta de imunizantes em 11 Estados e no Distrito Federal. Por fim, responsabilizou a Administração Federal pelo que classificou como descaso e questionou a postura de críticos anteriores ao comparar com acusações feitas ao Governo anterior, liderado por Jair Bolsonaro.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou a insatisfação de moradores do Rio Grande do Sul com a falta de energia elétrica, atribuindo o problema à má gestão do Grupo Equatorial, que assumiu a distribuição após a privatização da CEEE. Informou que as quedas de energia são recorrentes e agravaram a situação de 150 famílias em Santo Antônio da Patrulha (RS), que também enfrentam falta de água, já que o abastecimento depende de energia para funcionar. Relatou o apelo de Daniel Costa da Silva, representante dos moradores da Travessa Zé Maria, onde a população está sem luz e água há dias. Por fim, criticou a venda da estatal e pediu providências para atender as necessidades básicas da comunidade.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição de redução da jornada de trabalho como uma medida essencial para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros. Destacou a realidade de superexploração enfrentada por categorias como caixas de supermercado, porteiros e atendentes de farmácias, que convivem com jornadas extensas, baixos salários e dificuldades de acesso a direitos básicos. Ressaltou que metade dos trabalhadores do País recebe apenas um salário mínimo, insuficiente para cobrir o custo da cesta básica em cidades como São Paulo (SP). Argumentou que a proposta de redução da jornada beneficia a saúde mental, a economia e a dignidade dos trabalhadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Também pediu apoio dos colegas parlamentares para aprovar a medida, afirmando que essa é uma demanda de toda a sociedade e não apenas de um espectro político.

Júnior Ferrari (PSD - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), altera as Leis nº 10.925, de 23 de julho de 2004, nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e dá outras providências.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Filipe Martins (PL - TO) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada manifestou preocupação após explosões registradas no entorno do STF e da Câmara dos Deputados. Informou que uma pessoa morreu em frente ao STF após a primeira explosão, que levou à evacuação do prédio. Afirmou que uma segunda explosão ocorreu no estacionamento do Anexo IV, sendo registrada por vídeos compartilhados em redes sociais. Destacou o clima de insegurança no local e solicitou a suspensão da sessão para garantir a segurança de todos, enquanto os fatos são apurados pelas autoridades. Declarou que o episódio foi amplamente noticiado por veículos de imprensa e intensificou o alerta sobre a gravidade da situação nas proximidades das sedes do Legislativo e do Judiciário.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado contestou a solicitação da Deputada Sâmia Bomfim para a suspensão da sessão devido às explosões nas proximidades do STF e da Câmara. Afirmou que o plenário seria o local mais seguro naquele momento e recomendou que a Deputada permanecesse no recinto, destacando a atuação da polícia na garantia da segurança interna. Informou ainda que a ferramenta Infoleg permitiu que outros Deputados continuassem seus trabalhos de forma segura em escritórios ou em deslocamento para seus Estados. Por fim, reforçou a confiança nas medidas adotadas para proteger os presentes no local.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado alertou sobre a gravidade das explosões ocorridas no entorno do STF e da Câmara, destacando o contexto de violência política crescente no País. Afirmou que o episódio não se limitava à segurança dos Deputados, mas refletia uma escalada de tensões iniciada em 8 de janeiro, com ameaças constantes à democracia. Ressaltou que esse clima de violência também se manifesta no Parlamento, criticando gestos que estimulam atitudes agressivas. Defendeu uma reflexão profunda sobre os fatos, apontando a necessidade de abordar suas causas e implicações políticas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada citou o Regimento Interno da Câmara para justificar seu pedido de suspensão da sessão após explosões nas proximidades do STF e da Câmara, que resultaram na morte de uma pessoa. Informou que o artigo 71 prevê a interrupção dos trabalhos em caso de tumulto grave, mesmo que ocorrido fora das dependências do plenário. Destacou que o episódio representava uma ameaça aos Poderes e alertou para os riscos enfrentados não apenas por Deputados, mas também por trabalhadores e outros presentes nos anexos e estacionamentos da Câmara. Questionou a continuidade dos debates legislativos em meio ao clima de insegurança e incerteza sobre a situação externa.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada criticou a condução dos trabalhos na Câmara após explosões ocorridas no entorno do STF e da própria Casa, que resultaram na morte de uma pessoa. Afirmou aguardar informações da Diretoria-Geral. Rejeitou a ideia de especulação sobre os eventos e apontou a banalização da violência e da segurança pública. Denunciou uma normalização das ações violentas contra os Três Poderes.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a gravidade das explosões próximas ao STF e criticou a falta de informações precisas sobre os acontecimentos. Também encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas. Alertou para o impacto financeiro dessas medidas, estimado em 4 bilhões de reais anuais, e considerou incoerente aprovar novas isenções em meio a pressões por cortes em áreas como salário mínimo e direitos sociais. Defendeu critérios rigorosos para benefícios fiscais e destacou que a missão espiritual das instituições religiosas não deveria estar ligada a interesses materiais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada manifestou preocupação com a continuidade da sessão na Câmara diante de explosões ocorridas nas proximidades, que resultaram na morte de uma pessoa e na destruição de dois *drones* sobrevoando o Poder Legislativo. Relembrou os ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes, destacando a violência enfrentada, inclusive por agentes de segurança. Enfatizou a gravidade das notícias e defendeu que o plenário não poderia prosseguir os trabalhos ignorando os riscos à segurança dos presentes e a situação crítica no entorno.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, que trata da imunidade tributária concedida a organizações religiosas. Criticou a Esquerda, acusando-a de atacar os cristãos e de tentar desestabilizar votações importantes, como a proteção ao nascituro. Condenou o desrespeito aos valores cristãos e alertou eleitores sobre o discurso de candidatos esquerdistas em períodos eleitorais. Fez críticas à agenda de identidade de gênero e à gestão de recursos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

públicos. Por fim, mencionou proposições de sua autoria, como uma PEC para eliminar emendas parlamentares e um projeto para zerar salários, enfatizando a necessidade de cortar privilégios.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado formulou uma questão de ordem solicitando a suspensão da sessão, com base no art. 70 do Regimento, até que informações sobre uma possível morte e um incidente com explosivos na Esplanada fossem confirmadas. Criticou a insistência em manter a votação de uma PEC relacionada à isenção fiscal para templos religiosos, alegando que interesses financeiros, como a aquisição de aeronaves, poderiam esperar. Questionou o desespero para aprovar a matéria rapidamente e pediu sensibilidade diante do contexto de insegurança.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado anunciou o apoio do Governo à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023. Sugeriu ao Presidente da sessão que encerrasse o encaminhamento da votação da matéria e que aguardasse maiores informações sobre um incidente envolvendo o esquadrão antibomba para iniciar o processo de votação da PEC. Argumentou que a abertura da votação sob incertezas poderia comprometer a legitimidade do processo. Propôs a manutenção do quórum e do painel ativo enquanto a situação fosse esclarecida, reforçando a importância de prudência diante do contexto.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado reforçou o pedido para a suspensão da sessão, destacando a falta de segurança e a preocupação com a integridade de todos no Congresso Nacional, incluindo assessores e funcionários. Mencionou imagens que indicariam uma explosão e uma possível fatalidade nas proximidades da Câmara dos Deputados, além da presença de forças de segurança no local. Argumentou que manter a sessão em meio à incerteza seria imprudente, colocando vidas em risco, e pediu sensatez na condução dos trabalhos.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Presidente em exercício da sessão assegurou que a segurança no Congresso Nacional estava sendo monitorada e afirmou manter contato direto com o chefe da segurança. Minimizou as preocupações sobre os relatos de explosão nas proximidades, destacando que não havia indícios de risco imediato. Considerou pertinente a sugestão de suspender a sessão temporariamente para esclarecimentos, mas ressaltou que quaisquer decisões seriam tomadas em conjunto com a segurança da Casa e o Presidente Arthur Lira.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada pediu a suspensão imediata dos trabalhos da sessão, relatando interdições nas vias próximas, a destruição de dois *drones* sobre o Parlamento e a presença do esquadrão antibombas. Destacou a gravidade da situação, mencionando ameaças, uma explosão nas imediações da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Câmara e a morte de uma pessoa. Alertou contra a normalização de eventos que atentam contra a segurança e a vida, enfatizando a necessidade de esclarecimentos antes da continuidade das atividades parlamentares.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada formulou uma questão de ordem com base no art. 267 do Regimento Interno, solicitando a suspensão imediata da sessão para que fosse realizada uma varredura no plenário e no entorno da Câmara dos Deputados. Relatou a evacuação do Supremo Tribunal Federal e da Praça dos Três Poderes, mencionando explosões e a morte de uma pessoa. Criticou a continuidade da votação de uma matéria constitucional em meio a um contexto de insegurança e risco, enfatizando a necessidade de garantir a integridade de Parlamentares, trabalhadores da Casa e visitantes. Ao encerrar, reforçou que decisões devem priorizar a segurança de todos.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado destacou a importância da realização do G20 no Rio de Janeiro, ressaltando o impacto positivo na economia, no turismo e na imagem internacional do Brasil. Ressaltou que o evento reúne as maiores economias do mundo, responsáveis por grande parte do PIB e do comércio global, e é uma oportunidade estratégica para atrair investimentos e mostrar a força e o potencial do Rio. Enfatizou a necessidade de investimentos em segurança, infraestrutura e hospitalidade para garantir o sucesso do encontro e oferecer um legado positivo para a cidade. Apontou também a relevância de pautas como sustentabilidade e inclusão social no contexto das discussões globais.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou a importância histórica do dia da Proclamação da República, celebrado em 15 de novembro, como marco de liberdade e compromisso com os ideais democráticos. Relembrou que a República nasceu do desejo por um Governo que representasse os interesses da nação, fundado em princípios como liberdade, igualdade e fraternidade. Enfatizou a necessidade de união e responsabilidade coletiva na construção de um Brasil mais justo, com educação, saúde e direitos garantidos a todos. Concluiu reafirmando o compromisso de lutar por um futuro de progresso e orgulho para o País.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado abordou a grave situação da criminalidade no Brasil, destacando o caso do empresário morto no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo (SP), como exemplo da audácia de facções criminosas e da fragilidade do sistema de segurança. Apontou a circulação de armas ilegais e a ineficácia no controle fronteiriço como fatores críticos. Ressaltou que a violência reflete falhas estruturais, como a sensação de impunidade e a falta de políticas preventivas eficazes, defendendo ações mais rigorosas no combate ao crime e investimentos em prevenção e justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

Roseana Sarney (MDB - MA) - A Deputada destacou as belezas naturais e o potencial turístico do Maranhão, ressaltando o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, famoso por suas lagoas cristalinas e que busca o título de Patrimônio Natural da Humanidade. Também mencionou o Município de Carolina (MA), com o Santuário da Pedra Caída e o Parque Nacional da Chapada das Mesas, que oferecem paisagens e atividades para os amantes da natureza. Ainda citou o Delta do Parnaíba, o encontro das águas e as atrações históricas de Alcântara e São Luís, que se destacam pela arquitetura colonial e seu reconhecimento pela Unesco.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a importância da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima em Baku, no Azerbaijão (COP 29), enfatizando o papel da economia verde no combate às mudanças climáticas e no desenvolvimento econômico sustentável. Ressaltou que a economia verde, ao integrar crescimento econômico e preservação ambiental, gera empregos e abre novos mercados, sendo fundamental para países como o Brasil, com grande biodiversidade. Destacou que o Estado do Tocantins já é exemplo de sucesso com seu programa de créditos de carbono. Ao concluir, reforçou que a COP 29 é uma plataforma estratégica para fortalecer o Brasil como líder ambiental, promovendo soluções sustentáveis e inclusivas.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a censura de quatro livros jurídicos de autoria de Luciano Dalvi, mandando recolhê-los das livrarias e bibliotecas, além de aplicar multa ao autor. Defendeu que, embora as obras possam ser ofensivas a minorias, a Constituição não permite censura prévia, e que o recolhimento de livros é uma prática típica de regimes autoritários. Comparou a decisão com a censura histórica no STF e alertou sobre o controle da liberdade de expressão, citando o "efeito Streisand", que pode fazer os livros se tornarem ainda mais populares.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado destacou a grave situação de 4 milhões de brasileiros que vivem em casas sem banheiro, com a maior parte dessas residências localizadas na zona rural de Estados como Maranhão, Piauí e Bahia. Ressaltou que a falta de acesso a um banheiro é uma questão de dignidade humana, afetando principalmente a saúde de crianças, mulheres e idosos. Criticou a desigualdade na distribuição de recursos e a ineficácia das políticas públicas, cobrando um compromisso real do Governo federal para garantir o saneamento básico como um direito fundamental para todos os cidadãos.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado parabenizou o Governador Carlos Brandão pela criação do programa “Criança sem Fome”, uma ação histórica para combater a pobreza extrema no Maranhão. Ressaltou que o programa tem o objetivo de retirar 197 mil famílias da miséria, oferecendo um auxílio mensal de R\$ 200



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

para a compra de alimentos. Destacou que a medida integra outras ações no Estado, como os Restaurantes Populares e o programa “Mais Renda”.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou um avanço importante na acessibilidade aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, com a implementação, pelo INSS, de uma nova funcionalidade no aplicativo Meu INSS. Esclareceu que os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) podem acessar rapidamente o resultado dos seus laudos médicos e sociais, sem a necessidade de se deslocarem até as agências. Ressaltou que a medida visa simplificar o processo e reduzir a burocracia, tornando o acesso ao benefício mais ágil. Por fim, registrou o aniversário de fundação e parabenizou as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) dos Municípios de Juquitiba, Morungaba, Nhandeara, Tambaú, Iacanga, Santo Anastácio e Socorro, no Estado de São Paulo.

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado destacou os avanços da presidência brasileira no G20, enfatizando o trabalho do Grupo de Redução do Risco de Desastres e o P20, realizado no Congresso Nacional. Ressaltou a aprovação da Declaração Ministerial "Reduzindo Vulnerabilidades e Enfrentando Desigualdades", que prioriza estratégias inclusivas e resiliência urbana frente às mudanças climáticas. Sublinhou a parceria entre o Ministério das Cidades e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos para criar 120 Planos Municipais de Redução de Riscos. Enfatizou ainda a importância de uma mobilidade urbana sustentável e inclusiva, alinhada com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para enfrentar os desafios globais e promover cidades mais seguras e sustentáveis. Por fim, destacou o papel do P20 e do Congresso Nacional na luta contra a fome, a pobreza e as desigualdades, reafirmando o compromisso com uma governança global equitativa.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Mês da Primeira Infância, instituído pela Lei 14.617, de 2023, destacando sua relevância para o desenvolvimento humano da gestação aos seis anos de idade. Reforçou a importância de ações práticas para garantir direitos às crianças e gestantes, ressaltando desigualdades sociais e regionais no acesso a cuidados básicos. Mencionou iniciativas legislativas que liderou como a Lei da Parentalidade Positiva e a Lei nº 13.769, de 2018, que protege mães em situação de vulnerabilidade. Enfatizou que cuidar da infância e garantir o pleno desenvolvimento das crianças é investir no futuro do país e reafirmou seu compromisso com essa causa.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a relevância da economia verde no contexto das discussões da COP 29, em Baku. Ressaltou que integrar crescimento econômico com sustentabilidade é estratégico para o Brasil e para o mundo. Citou Tocantins como exemplo, com iniciativas como o programa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 196.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 13/11/2024

REDD+ no mercado de créditos de carbono, mostrando que é possível aliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Enfatizou a importância de temas como financiamento climático e mercado de carbono, fundamentais para apoiar países em desenvolvimento e impulsionar soluções sustentáveis. Concluiu defendendo que o Brasil assuma protagonismo como potência global na economia verde.

ENCERRAMENTO